manchete

Jornal Negócios

18-09-2013

Periodicidade: Diário
Classe: Economia/Negócios
Âmbito: Nacional
Tiragem: 18239
Temática: Economia
Dimensão: 1007
Imagem: S/Cor
Página (s): 10/11

DERIVADOS FINANCEIROS

Gira o "swap" e toca o mesmo: Maria Luís Albuquerque

Ministra volta ao Parlamento em Outubro | Partidos da comissão de inquérito chamam Maria Luís Albuquerque pela terceira vez.

A guerra política voltou à comissão de inquérito dos "swaps". A oposição ataca a ministra, pelo seu papel no IGCP. O PSD ameaça quem faltou à verdade

DIOGO CAVALEIRO

Maria Luís Albuquerque voltou ao centro do furacão chamado "swap". O último sopro veio de Almerindo Marques, gestor que saiu da Estradas de Portugal em ruptura com o Governo de José Sócrates. A velocidade a que o vento correu levou, em menos de 24 horas, a acusações, pedidos de demissão e desmentidos.

"Não correspondem à verdade as declarações proferidas ontem [segunda-feira] pelo Dr. Almerindo Marques, ex-presidente da Estradas de Portugal, na comissão parlamentar de inquérito quanto à aprovação pela senhora ministra de Estado e das Finanças, enquanto técnica do IGCP, de contratos de 'swap' associados aos empréstimos da Estradas de Portugal". Foi em comunicado, divulgado no início da tarde de terça-feira, que o Ministério das Finanças reagiu à afirmação do antigo presidente da concessionária, de que Maria Luís Albuquerque teria sido a responsável do IGCP a aprovar o "swap" da EP, que, no relatório da StormHarbour, foi classificado com um nível de complexidade 4 onde o 5 é a nota máxima.

O desmentido foi acompanhado por dois pareceres que Maria Luís Albuquerque, enquanto coordenadora do núcleo de emissões e de mercado do IGCP, assinou em relação à proposta de empréstimo da EP, a que o Deutsche Bank, o banco contraparte, queria, obrigatoriamente, associar um "swap" de taxa de juro.

> As funções de Maria Luís Albuquerque no IGCP eram de análise de pedidos das empresas públicas sobre empréstimos e não sobre "swaps".
>
> **MINISTÉRIO DAS FINANÇAS**
> Comunicado

No primeiro parecer, em Dezembro de 2009, era dada uma opinião desfavorável ao empréstimo. Maria Luís Albuquerque considerou que o custo de financiamento era "excessivamente elevado". Apesar do parecer do IGCP não ser vinculativo, a proposta não avançou.

No segundo parecer, já em Junho de 2010, é pedida uma outra avaliação ao empréstimo e, devido à "falta de fontes alternativas de financiamento", é concedido parecer favorável pelo IGCP, por Maria Luís Albuquerque.

A divulgação dos pareceres que a actual ministra assinou enquanto colaboradora do IGCP veio servir para que a oposição intensificasse os pedidos de demissão, em que tem insistido. Isto porque, no segundo documento, Albuquerque dá parecer favorável à operação da EP, apesar de o "swap" associado ao empréstimo não ter, naquela altura, "os seus termos finalizados", ou seja, ainda estava a ser definido.

O PS, pela voz de Carlos Zorrinho, acusou a ministra de ter assinado, "de cruz", a contratação de um "swap" com um grau elevado de complexidade. Os partidos da oposição sublinharam, em uníssono, que a governante mentiu nas declarações à comissão, remetendo para a afirmação da ministra em Junho: "Enquanto estive no IGCP, não tive qualquer contacto com 'swaps'". Luís Montenegro, do PSD, defendeu que quem faltou à verdade foi Almerindo Marques porque o aval da agora ministra foi ao empréstimo e não ao "swap". Por isso, deixou uma ameaça. "Não deixaremos de remeter às autoridades competentes os elementos que tivermos e que provem que alguém mentiu na comissão", disse o líder laranja. Os jogos de palavras continuam na comissão.

Refer autorizou "swaps" de aprovação da admini

A Refer autorizou a subscrição de instrumentos de gestão do risco financeiro sem que essa questão tenha sido levada, previamente, a conselho de administração.

"O administrador do pelouro financeiro tinha competências para assumir as decisões que tinham de ser imediatas para culminar o processo, que não era compatível com a reunião do conselho. [Depois] ratificava-se no conselho seguinte", expôs o presidente da Refer entre 2005 e 2012, Luís Pardal, na audição de terça-feira na comissão de inquérito à celebração de contratos de cobertura de risco pelas empresas públicas. "Terá acontecido algumas vezes", acrescentou, dizendo que as questões financeiras "muitas vezes, não são susceptíveis de demoras".

Mais tarde, em resposta ao deputado social-democrata, Adão Silva, o antigo presidente da empresa esclareceu que, apesar da autorização, nunca se concretizou a contratação de algum "swap" antes da ratificação pelo conselho. Ou seja, a decisão era assumida pelo administrador, que só depois era ratificada.

Quando Pardal esteve em funções, o administrador com pelouro financeiro era Vicente Pereira. A direcção financeira era responsabilidade de Alberto Diogo, superior hierárquico directo de Maria Luís Albuquerque, actual ministra das Finanças. Os três elementos formavam "a alma, o núcleo, que dava corpo e que desenvolvia estes processos de 'swaps'". Segundo Pardal, a governante era, "indiscutivelmente, uma colaboradora muito eficaz, muito competente, muito sólida nas áreas daquela especialidade". "Não fazia só 'swaps', fazia 'roadshows', a vender e a captar soluções de empréstimos".

Questionado sobre "swaps" considerados complexos pelo relatório do IGCP, o antigo presidente da Refer admitiu que não sabia responder por que razão não se tinha optado por uma estrutura mais simples. "A orientação é a de que não há especulação, de que não há qualquer tentativa de ir além daquilo que é prudente e ajustado e desejável no modelo do 'swap'", disse. DC

manchete

Jornal Negócios	Periodicidade: Diário	Temática: Economia
	Classe: Economia/Negócios	Dimensão: 1007
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
18-09-2013	Tiragem: 18239	Página (s): 10/11

antes
stração

O ex-presidente da Refer, Luís Pardal, diz que orientação era para não haver operações especulativas.

A orientação é a de que não há qualquer tentativa de ir além daquilo que é prudente e ajustado e desejável no modelo do "swap".

LUÍS PARDAL
Presidente Refer 2005-2012

DITOS

[Os pareceres vieram] atestar que a doutora Maria Luís Albuquerque não aprovou nenhum contrato 'swap'.

LUÍS MONTENEGRO
Líder parlamentar PSD

Sabemos agora que [Maria Luís Albuquerque] assinou de cruz [a subscrição de um 'swap'].

CARLOS ZORRINHO
Líder parlamentar PS

Dispomos de provas avalassoras de que a ministra mentiu ao Parlamento.

PAULO SÁ
Deputado PCP

A ministra não tem estado à altura nem da verdade nem do cargo que ocupa.

PEDRO FILIPE SOARES
Líder parlamentar BE